

O legado de Stuart Hall e a Comunicação Comunitária

Stuart Hall's Legacy and the Community Communication

ADILSON VAZ CABRAL FILHO *

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano. Niterói – RJ, Brasil

MARCO SCHNEIDER **

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano. Niterói – RJ, Brasil

RESUMO

Este artigo advoga a relevância do legado de Stuart Hall para o estudo e a prática da Comunicação Comunitária, destacando parte de sua produção nos anos 1970 e 1980, na qual o pensamento marxiano era mais presente. Argumenta-se que a análise dos vários tipos de opressão e resistência que perpassam as práticas comunicacionais só têm a ganhar com sua articulação crítica ao plano geral da luta de classes. Defende-se, em termos epistemológicos, teóricos e metodológicos, uma reaproximação entre os Estudos Culturais e a Economia Política da informação, da comunicação e da cultura, como movimento capaz de descortinar horizontes pouco explorados para a práxis da Comunicação Comunitária.

Palavras-chave: Stuart Hall, comunicação comunitária, cultura popular, luta de classes

ABSTRACT

This article advocates the relevance of Stuart Hall's legacy for the study and practice of Community Communication, highlighting part of his production in the 1970s and 1980s, in which Marxian thought was more present. It is argued that the analysis of the various types of oppression and resistance that permeate the communicational practices only have to gain from its critical articulation to the general plan of the class struggle. It is defended, in epistemological, theoretical and methodological terms, a rapprochement between Cultural Studies and the Political Economy of Information, Communication and Culture, as a movement capable of revealing little explored horizons for the praxis of Community Communication.

Keywords: Stuart Hall, Community Communication, popular culture, class struggle

DOI: <http://dx.doi.org/10.11.606/issn.1982-8160.v10.i3p.107-124>

* Professor de Comunicação Social e dos Programas de Estudos Pós-Graduados em Política Social (PPGPS) e de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutor e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Pós-doutorado em Comunicação na Universidad Carlos III de Madrid. Coordenador do grupo de pesquisa EMERGE – Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8132-6675> E-mail: acabral@comunicacao.pro.br

** Pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Professor do Programa de Pós-Graduação e Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI-Ibict/UFRJ), do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Pesquisador associado do Programa Avançado de Cultura Contemporânea da UFRJ (PACC-UFRJ). Doutor em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Pós-doutorado em Estudos Culturais pelo PACC-UFRJ. Autor de A dialética do gosto: informação, música e política. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5053-9491> E-mail: marcoschneider@ibict.br

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é demonstrar a importância da obra de Stuart Hall para as investigações teóricas e para as práticas contemporâneas de Comunicação Comunitária. Por motivos a serem apresentados ao longo da argumentação, privilegiamos parte da produção teórica de Hall nos anos 1970 e 1980, quando seu pensamento era mais próximo do marxismo.

Advogamos que a capacidade de compreensão do outro, numa lógica de diversidade que perpassa o fazer comunitário e o complexifica, tem na reflexão de Stuart Hall, em especial a que remete à relação entre luta de classes e cultura popular, uma referência capaz de contribuir para a afirmação do papel atual de um ativismo difícil, mas possível e necessário, que se propõe a implementar experiências não estatais/governamentais e não privadas/comerciais de Comunicação.

O texto é dividido em três partes, que visam a:

1. em evidência a influência marxista no pensamento de Hall, com destaque para seu artigo “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’” (2003c);
2. explorar como esse e três outros artigos dessa fase da obra de Hall (1988; 2003a; HALL; LUMLEY; MCLENNAN, 1980) podem contribuir com a pesquisa em torno da Comunicação Comunitária no Brasil e na América Latina;
3. enfrentar alguns desafios teóricos atuais para a Comunicação Comunitária, empregando parte dos argumentos provenientes da parte elencada do legado de Stuart Hall.

ESTUDOS CULTURAIS CRÍTICOS

“Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”, texto de Stuart Hall (2003c), já possui as características do que Douglas Kellner (2001) posteriormente viria a denominar “estudos culturais críticos”. Sem fazer menção especificamente à obra, Kellner diferencia essa perspectiva crítica dos Estudos Culturais, defendida por ele, de uma tendência que ele identifica em parte da produção teórica vinculada aos Estudos Culturais dos anos 1990. A tendência criticada seria marcada por um viés reducionista, centrado exclusivamente no texto ou na recepção, que abandona a crítica ao momento da produção e à totalidade do processo comunicacional. Tal abandono conduziria ao que ele acusa de “derivação populista e acrítica do consumo e da recepção” (Kellner, 2001: 45).

Kellner, em outros termos, acusa a pouca atenção dedicada por vários autores¹ ao poder das mídias hegemônicas – por nós identificadas como intelectuais orgânicos institucionalizados do capital – de atuarem, em meio às mais diversas e dinâmicas mediações operantes nos processos de produção de significados na recepção e no consumo, no sentido da legitimação ideológica e cultural do *status quo*, ou, empregando a terminologia de Hall (2003a), de produzirem leituras dominantes que reproduzem e legitimam o discurso do emissor. O importante ganho compreensivo que se obtém da dinâmica cultural – em especial da cultura popular, graças à ênfase da análise em fatores dispersos, mas também operantes, na produção de significados diferentes daqueles pretendidos pelo emissor, com destaque para aqueles resistentes à legitimação ideológica e cultural, nos momentos da recepção e do consumo – não justifica essa pouca atenção. No limite, se mediações outras que aquelas operadas pelas mídias hegemônicas fossem suficientemente potentes para anular esse efeito ideológico de legitimação do *status quo*, eliminando o risco da leitura dominante, a própria crítica à mídia hegemônica e a defesa da comunicação comunitária tornar-se-iam irrelevantes.

Outros autores que dialogam com os Estudos Culturais, como Paula (1998), Ahmad (2002), Eagleton (2005), Mattelart (2011)² e Schneider (2013; 2015) tecem críticas parecidas a esse afastamento dos Estudos Culturais em relação à Economia Política, melhor dizendo, à crítica da economia política, de inspiração marxiana, causa principal da mencionada “derivação populista” e do “fetichismo da recepção” denunciados por Kellner (2001).

É certo que Hall jamais poderia ser acusado justamente de ter embarcado, em nenhum momento de sua obra, em uma “derivação populista e acrítica do consumo e da recepção” ou em qualquer espécie de “fetichismo da recepção”, mas é igualmente certo que a criação posterior está mais distante da perspectiva que adotamos do que sua obra dos anos 1970 e 1980. Por isso optamos por trabalhar aqui com essa fase anterior de sua produção: por entendermos que ela é, hoje, mais necessária do que a tardia (ou da parte desta que conhecemos) para o fortalecimento teórico da crítica às mencionadas “derivações populistas”.

Feitos esses esclarecimentos preliminares, entremos na análise do texto de Hall que tomamos como principal referência de nosso argumento.

Em “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”, Hall (2003c) problematiza a própria noção de cultura popular, a complexidade dos fenômenos comunicacionais e sua dialética, numa perspectiva histórica totalizante. Opera, assim, uma síntese eloquente daquilo que constitui um legado fun-

1. Kellner (2001: 49-50) menciona, entre outros, Tony Bennet (*Putting policy into cultural studies*, de 1992) e John Fiske (*Reading the popular*, de 1989; *Understanding popular culture*, de 1989; e *Power plays*, de 1993) como representantes da tendência que ele critica.

2. Nesse texto, Mattelart aponta estudo de Ien Ang sobre a *soap opera* Dallas como o exemplo mais extremo de uma tendência dos Estudos Culturais que ele identifica e critica em termos similares à crítica de Kellner a Fiske e outros.

damental dos Estudos Culturais em geral, e de sua obra em particular, para os estudos de Comunicação e de Comunicação Comunitária.

No texto, a constituição de uma *cultura popular* é situada por Hall no contexto tensionado “da longa transição para o capitalismo agrário e, mais tarde, na formação e no desenvolvimento do capitalismo industrial”, quando “houve uma luta mais ou menos contínua em torno da cultura dos trabalhadores” (Hall, 2003c: 247), paralela à gênese da própria imprensa moderna, com ênfase na imprensa popular operária e em sua posterior apropriação por uma imprensa popular burguesa. Em sua análise desses processos, Hall (2003c: 247-248) jamais perde de vista o movimento econômico de fundo, isto é, o caráter classista que permeia o conjunto de processos articulados da transformação de uma sociedade rural em urbana: “O capital tinha interesse na cultura das classes populares porque a constituição de uma nova ordem social em torno do capital exigia um processo [...] de reeducação no sentido mais amplo”.

Em outras palavras, Hall jamais perde de vista a luta de classes que constitui as disputas culturais em questão, que nelas reverbera e que, ao mesmo tempo, é em grande medida influenciada por elas a cada momento, numa linha argumentativa que lembra Thompson (1987-1988). Dentre essas lutas, interessam-lhe em particular as que envolvem a imprensa:

[...] a imprensa liberal da classe média da metade do século dezenove foi construída à custa da efetiva destruição e marginalização da imprensa local radical da classe trabalhadora. Mas, além desse processo, algo qualitativamente novo ocorre mais para o final do século dezenove e o começo do século vinte nessa área: a efetiva inserção em massa de uma audiência desenvolvida e madura da classe trabalhadora num novo tipo de imprensa comercial *popular* (Hall, 2003c: 251).

Esse “novo tipo de imprensa comercial popular”, produzida pela burguesia, nos remete a um segundo momento do texto, no qual as noções de cultura e popular são refletidas em várias de suas múltiplas acepções, muitas delas antagônicas, algumas complementares, outras contraditórias. Cultura é pensada em termos de visões de mundo, costumes, saberes, práticas, expressões discursivas, identidade; popular, como tudo aquilo que advém do povo ou é por ele incorporado. Os vários entrelaçamentos entre essas questões são atravessados pelo problema de quem é o povo, do que é o popular e do que ele não é, e de como ambos se afetam, num jogo de relações de poder, discursivas e extradiscursivas, que se desdobram de

e em diversas ações centrais de contenção e resistência. O protagonismo da imprensa comercial popular burguesa é crescente em meio a esses processos. A linha argumentativa de “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’” está, de fato, em grande medida, calcada numa análise histórica dessa imprensa, em seu papel na reeducação das classes populares para o capital e nos sucessos e resistências que o processo como um todo enfrenta. A luta de classes – categoria central da análise social marxista – ocupa uma posição norteadora do conjunto do argumento.

Em sua produção posterior, Hall foi se afastando do marxismo, o que não o impediu de produzir teoria relevante, especialmente em seus estudos sobre multiculturalismo e identidade. Acreditamos, contudo, que a produção anterior de Hall em torno do problema da ideologia, da hegemonia – especialmente em torno da difícil relação entre a cultura, a luta de classes e a mídia –, é, no mínimo, tão relevante e atual quanto a sua produção posterior. Arriscamos mesmo pensar que o que se ganhou com o refinamento da problemática da identidade ou do multiculturalismo eclipsou as conquistas anteriores.

“Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”, assim como outros textos do mesmo período³, é, enfim, um escrito no qual Hall trabalha não *contra*, mas *com* o marxismo⁴, em uma abordagem totalizante do fenômeno da cultura popular e da comunicação, que coloca a luta de classes – isto é, a articulação abrangente, tensa, dinâmica e potencialmente disruptiva entre economia e política, socialmente determinante ou condicionante da mais variada gama de fenômenos, embora não de *tudo* – em uma posição central em meio às demais mediações operantes.

Pensando a Comunicação Comunitária nessa chave analítica, é preciso, em primeiro lugar, reapresentar o problema da relação entre a luta de classes e a cultura em sua devida complexidade.

Luta de classes é um conceito que pode ser pensado em vários níveis de abstração. No mais próximo da empiria, diz respeito aos mais diversos movimentos de colaboração e conflito cotidianos entre indivíduos e grupos, derivados de proximidades e choques de interesses correspondentes às diversas posições que esses indivíduos e grupos ocupam em meio às relações de produção e circulação: chefes × empregados; credores × devedores; comerciantes × comerciantes; industriais × banqueiros; industriais, comerciantes e banqueiros × agricultores e operários⁵ etc. O posicionamento político/ideológico dos agentes, suas alianças e beligerâncias corresponderão com maior ou menor simetria a esses interesses, conforme sua acuidade em identificá-los, a curto, médio e longo prazo. Essa maior ou menor acuidade

3. Ver Hall (2003a) e Hall et al. (1980).

4. Ver Hall (2003b), onde o autor faz um comentário sobre os Estudos Culturais nunca terem estado totalmente à vontade com o marxismo, tendo trabalhado às vezes com ele, às vezes contra ele.

5. Vale lembrar que a luta de classes não ocorre somente entre as classes, mas dentro delas também, e que, a despeito do conflito entre proprietários e não proprietários dos meios de produção e circulação constituir seu momento predominante, as alianças e rupturas se dão não somente em linhas horizontais, mas vertical ou transversalmente também, compondo, sempre provisoriamente, o que Gramsci denominava “bloco histórico” mediante formas específicas de combinação de imposição e consentimento entre as diversas classes e frações de classe, no exercício de dominação político-econômica e de direção moral combinados que constituem uma hegemonia.

interpretativa das relações sociais é o que se costumava chamar de consciência de classe.

Em um nível mais alto de abstração, a noção de luta de classes remete à fissura estruturante das sociedades humanas, desde que se viram divididas em proprietários e não proprietários (dos meios de produção), entre comandantes e comandados. Em que pese a imensa variedade e complexidade históricas de suas formas fenomênicas, bem como o fato por si evidente de que nem tudo pode ser explicado por essa fissura estruturante, ignorar sua ubiquidade e centralidade na história humana como um todo e nas questões ligadas à cultura em particular, é um erro pelo menos tão grave quanto reduzir tudo a ela. Hall sabia disso e fez bom uso do pensamento de Marx, Bakhtin (Volochínov), Gramsci e Althusser, entre outros, no sentido de pensar a linguagem e a cultura em articulação com essa problemática de fundo.

EM TORNO DO COMUNITÁRIO E DO POPULAR

O que é comunidade? Da clássica distinção de Tönnies entre *Gesellschaft* (sociedade) e *Gemeinschaft* (comunidade), entre agrupamentos sociais mais ou menos amplos e orgânicos, à noção corrente na cidade do Rio de Janeiro de “comunidade” como referência sociocultural para *favela*, além das noções transversais de comunidades de interesse, comunidades identitárias, comunidades desterritorializadas e comunidades em rede, a Comunicação Comunitária ocupa-se, principalmente, com formas de comunicação alternativas às da indústria cultural, produzidas pelas classes menos favorecidas – os pobres, a classe trabalhadora –, compostas, no Brasil, majoritariamente por negros e nordestinos.

É claro que esse recorte – pobres, negros, nordestinos – não esgota a variedade e a complexidade identitárias daqueles que produzem comunicação comunitária no Brasil. Em linhas gerais, contudo, dá conta do fato de que, embora tenhamos nordestinos proprietários ou concessionários de indústrias culturais e cariocas brancos nas favelas produzindo comunicação comunitária, não temos, ao que saibamos, nordestinos ou negros ricos produzindo comunicação comunitária, e certamente não há nordestinos ou negras pobres proprietárias ou concessionárias das indústrias culturais.

Diante do recorrente e difícil embate das distintas iniciativas de comunicação alternativa com as indústrias culturais, de que forma poderia ser útil a refinada percepção de Hall – dos jogos discursivos de resistência, imposição, apropriação, crítica, subversão e reprodução, de *ambas* as partes (cultura popular e cultura dos poderosos) – para pensarmos essa disputa no

Brasil de hoje? Certamente não ignorando, em meio às diversas mediações culturais que a compõem, os interesses econômicos e políticos que a atravessam, e que envolvem, entre outros fatores, a propriedade dos meios, a legislação, sua regulação, seu uso comercial, eleitoral e ideológico.

Por exemplo, em “Notas sobre a desconstrução do ‘popular’”, Hall acusa os processos de reeducação popular por parte do Estado como uma necessidade do capital. Mas ele mesmo acreditava na importância de uma reeducação popular de outra ordem, tendo mesmo dedicado parte de sua prática a isso. Em outras palavras, Hall não ignora que pode haver elementos progressistas na reeducação popular, bem como princípios reacionários em sua resistência. Como lembra Downing (2002: 35): “a cultura popular pode perfeitamente ser elitista, racista, misógina, homofóbica e nutrir preconceitos relativos à idade e, ainda assim, expressar esses valores de formas inventivas e superficialmente atraentes”.

Kellner (2001) também enumera uma série de elementos eticamente retrógrados – misoginia, racismo etc. – presentes em inúmeros processos estudados de recepção ativa, prazerosa ou resistente da mídia, denunciando, como vimos, certo “fetichismo da resistência” por parte de teóricos ligados ao campo dos Estudos Culturais, por ignorarem esses elementos em seus estudos de recepção. Destacamos esse ponto para lembrar que uma atitude teórica que corretamente recuse qualquer forma autoritária de elitismo ou dirigismo em estudos e políticas relacionados à comunicação e à cultura popular não deveria ao mesmo tempo recusar a necessidade da reflexão crítica do que Hall (2003a) denominou “leitura dominante”.⁶

Devido ao fato da “leitura dominante” ser uma das formas identificáveis de recepção ativa ou de produção de sentido no consumo, a crítica da economia política da informação, da comunicação e da cultura, que tem na oposição entre mídia hegemônica e comunicação comunitária um de seus objetos privilegiados, permanece atual e necessária quando produzimos crítica social e discutimos alternativas comunicacionais às indústrias culturais comerciais ou estatais. A diferença dessa crítica e dessas alternativas em relação a concepções mais tradicionais de *conscientização*, de inspiração iluminista (e a contribuição de Hall é importante para fazermos essa passagem), é que pensamos, hoje, em termos mais dialógicos e multiculturais.

Todavia, é sempre bom lembrar que a perspectiva da universalização da instrução e dos direitos – incluindo aqueles relacionados à informação e à comunicação, pelos quais lutamos – é um legado do Iluminismo, apesar de seus conhecidos limites e contradições. É por isso, aliás, que mesmo pessimistas como Adorno e Horkheimer (1985) escreveram a *Dialética*

6. A esse respeito, ver também *The toad in the garden: Thatcherism among the theorists* (Hall, 1988) e a crítica de Jorge Larrain (1996) ao texto de Hall.

do esclarecimento (ou Iluminismo), não a *Maldição do esclarecimento*. Essa perspectiva dialética, que conduz à identificação do elemento contraditório do projeto iluminista de universalização da instrução e dos direitos, ao desvelamento e à denúncia de seu caráter em parte autoritário, etnocêntrico e mistificador, não deve implicar a recusa acrítica da perspectiva de universalização da instrução e dos direitos, tampouco em louvações acríticas da cultura popular e de todo e qualquer processo de recepção porventura identificada como *ativa*.

O enfrentamento cotidiano das iniciativas comunitárias de comunicação dialoga tanto com suas necessidades de ampla legitimação junto à sociedade quanto de superação de situações adversas nos campos econômico e político, impostos pelas forças tradicionalmente dominantes. O desafio de intelectuais em torno de um projeto alternativo ao modelo predominantemente privado estadunidense ou ao modelo predominantemente estatal europeu levou, na relação com movimentos sociais emergentes na América Latina, à elaboração de correntes em torno do que se convencionou chamar Comunicação para o Desenvolvimento ou, ainda, Comunicação para a Mudança Social.

A despeito de inspirações semelhantes às de Stuart Hall, uma trilha distinta foi percorrida por obras referenciais de autores como Paulo Freire (1979), Antônio Pasquali (2007) e Ariel Dorfman e Armand Mattelart (1977), que deram início, na América Latina, a uma tradição de reflexões engajadas e comprometidas com a apropriação social das Tecnologias de Informação e Comunicação junto a setores marginalizados da população. Amparo Camdavid (2013: 41, tradução nossa), ao tratar do contexto latino-americano, propõe que:

[...] tanto as experiências mesmas de comunicação para a mudança social que levaram à reflexão sobre sua existência e impacto social, como o pensamento mesmo que se derivou delas, não sejam tão só outro caprichoso capítulo da comunicação anti-hegemônica, como outros que se deram anteriormente. É necessário refletir e aprofundar [...] estas experiências, para que se possa obter delas lições para o futuro.⁷

O tensionamento entre a identificação e a compreensão de saberes populares menos heterônomos – isto é, menos reprodutores de visões de mundo contrárias às possibilidades concretas de emancipação das classes baixas do jugo do capital e de todas as outras formas de opressão que se queira elencar – e a conscientização política de um cenário mais amplo, que atravessa

7. Original: “tanto las experiencias mismas de comunicación para el cambio social que han llevado a la reflexión sobre su existencia e impacto social, como el pensamiento mismo que se ha derivado de ellas, sean tan sólo otro caprichoso capítulo de la comunicación antihegemónica, como otros que se han dado anteriormente. Es necesario reflexionar y profundizar [...] estas experiencias, para que se pueda obtener de ellas lecciones hacia el futuro”.

suas próprias realidades, além dos saberes específicos nos campos educacional e comunicacional, sempre se configurou como um desafio para ativistas, militantes, colaboradores e pesquisadores, na afirmação das iniciativas de Comunicação Comunitária. Para além de um evidente distanciamento em relação a centros distintos de produção intelectual, o próprio desenvolvimento de metodologias como a pesquisa participante e a pesquisa-ação (Thiollent, 2000) por parte dos pesquisadores latino-americanos podem ter contribuído para uma perda de referência das contribuições intelectuais de Hall para a Comunicação Comunitária.

No entanto, a necessidade de contextualização das experiências comunitárias em Comunicação demanda uma crítica em torno de um cenário relacionado a aspectos políticos e econômicos mais amplos, que atravessam a própria condição de comunidade – como já vimos –, bem como os próprios fazeres comunitários, tem em Hall (2003b: 252) um forte aliado:

Como uma área séria de investigação histórica, o estudo da cultura popular é como o estudo da história do trabalho e de suas instituições. Declarar um interesse nele é corrigir um grande desequilíbrio. Mas, no final, seus resultados são mais reveladores quando vistos em relação a uma história geral, mais ampla.

Seria produtivo, portanto, repensar a Comunicação Comunitária em um recorte próximo ao que Hall advoga para o estudo da cultura popular, que possibilite construir fundamentos e aplicações relacionadas a sua compreensão num recorte mais amplo, que envolve a historicidade dos marcos legais (entendendo aí o papel do Estado) e da redefinição do sistema de comunicação dos países, sendo necessária a compreensão da área das comunicações como um todo, parte da própria sobrevivência e sustentabilidade dessas experiências – compreendendo também uma postura que se coloque criticamente diante da crescente capacidade de ouvir e engajar a população por parte das empresas (não só as de mídia) ao longo da consolidação do capitalismo, seja como apreensão de pedagogia dialógica de modelos mais próprios ao socialismo, seja como reafirmação mais sutil do capitalismo, ou ainda, uma mistura mais ou menos bem engendrada das duas alternativas. Da famosa expressão “o público que se dane”, contraponto de referência ao princípio dos estudos em Relações Públicas, a teorias pautadas no compartilhamento, como a “*wikinomics*” (Tapscott; Williams, 2007), é notória a capacidade de retroalimentação do capita-

lismo, que não pode ficar alheia a uma compreensão crítica que pense a participação e o fazer comunitário.

Trata-se, portanto, de afirmar a necessidade de um debate político-epistemológico, nas bases de uma articulação entre setores acadêmicos e sociais que compreendem a Comunicação como direito humano. Tal articulação deve ser fundada em bases democráticas, compatíveis com iniciativas em torno das quais a sociedade, em seus diversos segmentos, se aproprie cada vez mais das tecnologias de informação e comunicação, e de seus processos regulatórios. Essa apropriação, por sua vez, tem que ser preferencialmente voltada para a implementação de processos de produção e circulação de conteúdos que lhe digam respeito, nos mais diversos suportes disponíveis, com destaque para projetos comprometidos com a superação de realidades de opressão à classe trabalhadora, além de outras formas e contextos de vulnerabilidade social (Guareschi et al., 2007).

Portanto, diante do desafio de se produzir formas de atuação política mais amplas, cabe aos pesquisadores e ativistas de comunicação trabalhar em torno da recorrente transposição de limitações e contradições com as quais a população lida em seu cotidiano, tendo em vista a necessidade de se fomentar competências críticas em informação (Bezerra, 2015), isto é, saberes e habilidades relacionados à busca, ao entendimento, à avaliação crítica, ao uso, à produção e circulação da informação.

A compreensão de uma diversidade aceitável de iniciativas e modos de atuação pretende garantir parâmetros mínimos de compreensão mútua, numa luta comum em prol de distintas demandas e não de padrões específicos de atuação relacionados a determinados enquadramentos, que envolvam os modos de gestão, a composição das programações e as referências de produção, na lida cotidiana dos envolvidos nas diversas experiências em comunicação comunitária.

A elaboração e a defesa de discursos de legitimação dessas experiências são contribuições para o desenvolvimento local em cada área de atuação e para a sociedade em geral. O debate e a disputa envolvem ainda o tema da implementação de políticas públicas gerais, que devem ter por base a compreensão do papel da comunicação como fator fundamental nos diversos processos contra-hegemônicos em questão.

Essa amplitude reflexiva e propositiva já vem sendo trabalhada por pesquisadores engajados em iniciativas de comunicação comunitária de diferentes matizes⁸, que passam a reelaborar relevantes redefinições conceituais diante das recentes transformações tecnológicas e, em consequência, associativas, que realizam não somente novas propostas de ativismo midiático

8. Podemos citar Rozinaldo Miani (2011), que relaciona comunicação popular com comunicação sindical e outros movimentos populares, e Eduardo Yamamoto (2014), que procura reconstruir um trajeto epistemológico evidenciando limitações e possibilidades do conceito e da realização comunitária pela comunicação. Alguns trabalhos desses pesquisadores podem ser encontrados a partir do GT de Comunicação para a Cidadania da Intercom.

comunitário mas também novas perspectivas de participação política e organizações coletivas, que tornam mais complexa a cena política em torno do popular e suas formas de produção cultural.

APROXIMAÇÕES PRESENTES

O abandono de uma crítica mais vigorosa ao momento da produção das mensagens e à possibilidade de leituras dominantes dos discursos midiáticos é uma marca na contribuição, sem dúvida relevante para o tema que nos ocupa, do interessante projeto de Martín-Barbero (1997) de pensar os “usos populares do massivo”, de inspiração gramsciana, *com* o movimento que vai do “popular ao massivo” e do “massivo ao popular”⁹. Como chama atenção Moretzsohn (2007: 43):

O autor enfatiza as múltiplas expressões da cultura popular para demonstrar que ali está a origem dos produtos fabricados pelos meios de comunicação que retornam ao consumo popular. Porém, dá pouca ou nenhuma importância a esse percurso de retorno, operado por esse outro “sujeito” negligenciado no processo: justamente os meios, isto é, as grandes empresas de comunicação.¹⁰

Se isso estiver correto, e julgamos que está, a perspectiva de Martín-Barbero de pensar os usos populares do massivo em *Dos meios às mediações* seria de inspiração gramsciana somente em parte, porque tende a negligenciar, em sua análise da presença do popular no massivo e do massivo no popular, a importante crítica de Gramsci ao que há de eventualmente retrógrado nas culturas populares, bem como a vulnerabilidade destas (tão real quanto sua capacidade de resistência) à mistificação ideológica, e, conseqüentemente, a preocupação, tão cara ao pensador italiano, com a necessidade de uma reforma moral da cultura popular, de uma nova cultura, que envolve uma luta em torno da direção dos aparelhos privados de hegemonia:

O moderno Príncipe [leia-se o Partido Comunista] deve e não pode deixar de ser o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional-popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna. Estes dois pontos fundamentais: formação de uma vontade coletiva nacional-popular, da qual o moderno Príncipe é ao mesmo tempo o

9. Cf. Lopes (2003).

10. Deve-se registrar que a crítica de Moretzsohn dirige-se a um livro de Martín-Barbero, *Dos meios às mediações*, e que o próprio, em publicações posteriores, tem dedicado mais atenção crítica aos meios, como pode ser observado em seu *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva* (Martín-Barbero; Rey, 2001). Não obstante, a ampla difusão de *Dos meios às mediações* nas bibliografias atuais dos cursos de comunicação entre nós sustenta a atualidade da crítica de Moretzsohn, que é também a nossa.

organizador e a expressão ativa e atuante, e reforma intelectual e moral, deveriam constituir a estrutura do trabalho. (Gramsci, 1968: 7).

Tal reforma, para Gramsci, não deveria negar o popular, o folclore, mas superá-lo dialeticamente, dialogando com ele, estimulando a conservação e o florescimento daquilo que ele possui de mais dinâmico, criativo, progressista, e combatendo os elementos inerciais, banais, reacionários.

Gramsci não só não recusava a perspectiva de elevação cultural das massas, como a julgava necessária, embora nem por isso achasse que tal reforma devesse ser mecanicamente imposta de cima para baixo, tampouco igualasse o senso comum como um todo à falsa consciência, mas a pensamento predominantemente assistemático, como Hall, junto a Lumley e McLennan (1980b: 68-69), assinalaram:

Gramsci propõe que o partido não atue mecanicamente do exterior sobre o pensamento popular, mas que entre na mentalidade do pensamento baseado no senso comum para revelar suas contradições: “Não se trata de introduzir a partir do zero uma forma científica de pensamento na vida de todo mundo, mas de renovar e tornar ‘crítica’ uma atividade já existente”. A relação do partido com as massas não é a de um mecanismo de sentido único, mas uma dialética entre liderança e espontaneidade. Devido ao fato de Gramsci não trabalhar com uma consciência verdadeira/falsa ou um modelo ciência/ideologia, seu pensamento é dirigido para as possibilidades contraditórias dentro de formas espontâneas, não sistematizadas, de pensamento e ação. E aqui ele faz uma avaliação positiva de apelos a atitudes emocionais e morais, rejeitando uma visão racionalista de persuasão pela lógica pura. Gramsci vê a espontaneidade em si mesma condenada porque dividida por contradições internas e incapaz de fornecer uma explicação sistemática do mundo; mas quando “educada e expurgada de contradições que lhe são estranhas”, aquela espontaneidade é, para Gramsci, o motor da revolução.

Quanto ao papel do Estado (e da superestrutura como um todo, que envolve os meios de comunicação ou *aparelhos privados da hegemonia*) nesse processo educacional dialógico, para Gramsci (1968: 96):

o Estado deve ser concebido como “educador”, desde que tende a criar um novo tipo ou nível de civilização. Em virtude do fato de que se atua essencialmente sobre as forças econômicas, reorganiza-se, desenvolve-se o aparelho de produção econômica, inova-se a estrutura, não se deve concluir que os ele-

mentos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, ao seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica.

Expressões como “elementos da superestrutura abandonados a si mesmos”, “desenvolvimento espontâneo”, “germinação casual e esporádica” não poderiam ser outras tantas formas de se dizer “de acordo com as leis do mercado” (aparentemente democráticas, efetivamente particularistas)? Por isso se deve ter muito cuidado com a interpretação e a operacionalização discursiva que damos a expressões como “liberdade de expressão e liberdade de imprensa”, e a termos como democracia (assim como cidadania), quando esvaziados de seu conteúdo ideológico específico em um dado contexto histórico, em um dado momento da batalha discursiva. Afinal, o contrário de controle do Estado sobre as comunicações pode não ser necessariamente liberdade ou democracia cidadãs, mas descontrole, ou melhor, controle das plutocracias disfarçado de soberania cidadã. Em outras palavras: o problema ético-político aqui não é o controle do Estado, mas *que tipo* de controle – fundamentado em que premissas – e com qual objetivo e base social – isto é, classista.

Além disso, a preocupação de Gramsci com a cultura popular e sua importante indicação metodológica no sentido de pensá-la em termos daquilo que o povo torna seu, mais do que daquilo que ele próprio produz – que inspirou a importante perspectiva de Martín-Barbero de pensar os usos populares do massivo –, em nenhum momento significou uma recusa da perspectiva iluminista de universalização do esclarecimento, mas antes seu refinamento:

a filosofia da práxis [leia-se marxismo] não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios, não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 1978: 20).

As expressões “simplórios”, “nível inferior das massas” e “filosofia primitiva do senso comum”, no texto de Gramsci, podem provocar escândalo em quem só retém do autor seu notório interesse pelas culturas populares. Cabe, porém, lembrar que não se trata de uma passagem fortuita, mas que

expressa uma preocupação central e recorrente de Gramsci sobre a relação dos intelectuais com as massas, de inspiração claramente leninista. Não se trata, em Gramsci, de um interesse pela cultura popular em si, como o do etnólogo ou o do estudioso do folclore, mas como um meio, que é também o interesse de Hall, quando este afirma que “[a cultura popular] é um dos locais onde o socialismo pode ser constituído. É por isso que a cultura popular importa. No mais, para falar a verdade, eu não ligo a mínima para ela” (Hall, 2003c: 262).

Isso não significa que a cultura popular seria, para Gramsci ou Hall, destituída de complexidade, dinamismo, vigor, de certa autonomia, criatividade ou riqueza estética; que seria uma mera expressão superestrutural da dominação de classe. É isso também, mas o fato de ser “isso também” e de não ser *apenas* isso é que a torna fundamental como arena de disputa política em meio à luta de classes.

Essa tensão se torna especial atualmente, diante do debate crítico a respeito da contraposição às formas tradicionais de pensar o desenvolvimento como perspectiva de atuação social-comunitária, fazendo emergir perspectivas como a do *buen vivir* em alguns países na América Latina, que não necessariamente rompem com a lógica de contribuição para o desenvolvimento comprometida em revitalizar o papel da sociedade na construção da cidadania plena. No artigo “Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento local”, de Cicília Peruzzo, do livro *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*, organizado por Raquel Paiva, a autora aponta alguns pressupostos para o desenvolvimento que não se opõem às propostas em torno do *buen vivir*:

a) a igualdade de acesso aos bens econômicos e culturais; b) possibilidades de participação política – desde participação nas pequenas associações até nos órgãos dos poderes públicos; c) usufruto das benesses geradas a partir da riqueza produzida socialmente e redistribuída por meio de salários e dos serviços de educação, saúde, transporte, segurança, tecnologias de comunicação etc. (Peruzzo, 2007: 72-73).

A autora resume ainda que a compreensão do desenvolvimento implica na “ampliação dos direitos de cidadania”. Ou seja, não se trata de algo inerente à sociedade, mas que deve ser assimilado, formulado, demandado e conquistado pela sociedade organizada, articulada ou não com o poder público estatal, nas distintas fases de atuação em torno de políticas públicas. Tal perspectiva possui claras afinidades com a seguinte afirmação de Hall (2003c: 263):

A cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nessa luta. É a arena do consentimento e da resistência. Não é a esfera onde o socialismo ou uma cultura socialista – já formada – pode simplesmente ser “expressa”.

CONCLUSÃO

Este artigo, inserido num dossiê reflexivo sobre a importância da obra de Stuart Hall para os estudos no campo da comunicação no Brasil, busca transpor uma lacuna na construção de referências sobre e para a atuação em torno da Comunicação Comunitária no país e no contexto mais amplo da América Latina. Com esse enfoque, buscamos compreender um público direta ou indiretamente influenciado por temas, conceitos e autores cuja identificação com a obra de Stuart Hall é fortíssima – em geral relacionados a paradigmas de referência na América Latina – em torno da ideia da Comunicação para o Desenvolvimento.

Como vimos, a parte da obra de Hall com a qual dialogamos se aproxima do que Kellner (2001) denomina “estudos culturais críticos”, mais próximos da economia política da informação, da comunicação e da cultura. Esperamos ter demonstrado que essa perspectiva pode enriquecer o estudo e a prática em torno da Comunicação Comunitária, na medida em que a exigência de articulação dos estudos de Comunicação Comunitária em suas dimensões históricas, políticas, econômicas e culturais torna-se, por esta via, uma decorrência lógica da maturação do processo analítico.

A necessidade de uma rearticulação entre os campos dos Estudos Culturais e da Economia Política, proposta por Kellner, já teria, a nosso ver, sido operada por Stuart Hall nos textos com os quais trabalhamos mais detidamente aqui. Melhor dizendo: esses textos de Hall representam uma fase dos Estudos Culturais – que tem na obra de Raymond Williams¹¹ outro ilustre representante – na qual uma reaproximação entre os campos nem mesmo seria necessária, pois não teria ainda ocorrido o afastamento entre eles, por mais que seu diálogo não fosse sempre fácil.¹²

Concluindo, tentamos explorar um dos caminhos teóricos pelos quais o penetrante pensamento de Hall possa ser de grande valia para referenciar projetos investigativos e de apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelos atores interessados. Essa perspectiva sinaliza a necessidade de aproximação entre ativistas, acadêmicos e sociedade em geral, não só em termos de posicionamentos diante de dinâmicas produtivas, produtos e programações, mas de projetos de transformação social,

11. Conferir, entre outros textos seminais de Williams, *Marxismo e literatura* (1979).

12. Por ocasião do falecimento de Hall, Venício Arthur de Lima (2014) escreveu um excelente artigo de divulgação, no qual defende a atualidade do pensamento de Hall dos anos 1970 e 1980, com destaque para o seminal *Encoding/decoding* (Hall, 2003a), e a importância dos estudos em comunicação e jornalismo resgatarem esse período de sua produção intelectual. Sem entrar propriamente na discussão em torno da comunicação comunitária, o autor apresenta bons argumentos em defesa de um ponto de vista em certo sentido similar ao nosso. Embora a exposição detalhada desse ponto de vista extrapole os objetivos de nosso texto, recomendamos sua leitura aos interessados e é essa a razão de fazermos menção a ele nesse momento de nossa exposição.

que é onde efetivamente as experiências plenas de Comunicação Comunitária se situam.

É possível aventar a hipótese de que os autores pioneiros na área da Comunicação Comunitária se afastaram, cientes ou não, da perspectiva crítica de Hall com a qual trabalhamos aqui, por se voltarem para um engajamento mais imediato, comprometido com as iniciativas populares correntes de comunicação e com sua contribuição para o desenvolvimento humano e social. Na ocasião, talvez, a problematização das complicadas contradições internas da própria cultura popular, bem como desta em relação à cultura dos poderosos e à mídia não fossem o principal desafio a enfrentar. No entanto, os questionamentos de Hall aqui analisados evidenciam sua contundente disposição para o enfrentamento de desafios nos quais nos situamos todos os que se colocam firmes no combate pela transformação social. ■

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- AHMAD, A. *Linhagens do presente*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BEZERRA, A. Vigilância e filtragem de conteúdo nas redes digitais: desafios para a competência crítica em informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2gKknBH>>. Acesso em: 1 dez. 2016.
- CAMDAVID, A. La comunicación para el cambio social: ¿nos acerca o nos aleja? In MARTÍNEZ HERMIDA, M. et al. (Coords.). *Comunicación y desarrollo*. Buenos Aires: La Crujía, 2013. p. 23-45.
- DORFMAN, A.; MATTELART, A. *Para ler o Pato Donald: comunicação de massa e colonialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DOWNING, J. D. H. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2002.
- EAGLETON, T. *Depois da teoria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Maquiavel: a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GUARESCHI, N. M. F. et al. *Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do pro-*

- grama do trabalho educativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, ano 7, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://bit.ly/2gKfdWg>>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- HALL, S. Codificação/decodificação. In: SOVIK, L. (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, DF: Unesco, 2003a. p. 387-404.
- _____. Estudos culturais: dois paradigmas. In: SOVIK, L. (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, DF: Unesco, 2003b. p. 131-159.
- _____. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: SOVIK, L. (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; Brasília, DF: Unesco, 2003c. p. 247-264.
- HALL, S. The toad in the garden: Thatcherism among the theorists. In: HALL, S. et al. *Marxism and the interpretation of culture*. Londres: Macmillan Education, 1988. p. 35-73.
- HALL, S.; LUMLEY, B.; McLENNAN, G. Política e ideologia: Gramsci. In: HALL, S. et al. *Da ideologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980. p. 60-100.
- KELLNER, D. *A cultura das mídias*. Bauru: Edusc, 2001.
- LARRAIN, J. Stuart Hall and the marxist concept of ideology. In: MORLEY, D.; CHEN, K.-H. (Orgs.). *Stuart Hall: dialogues in cultural studies*. London/New York: Routledge, 1996. p. 47-69.
- LIMA, V. A. de. Stuart Hall e os estudos de mídia. *Carta Maior*, 19 fev. 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2gZ0Uho>>. Acesso em: 1 dez. 2016.
- LOPES, M. I. V. de. *Pesquisa em comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MARTÍN-BARBERO, J.; REY, G. *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: Senac, 2001.
- MATTELART, A. Estudar comportamentos, consumos, hábitos y prácticas culturales. In: ALBORNOZ, L. A. (Org.). *Poder, médios, cultura: uma mirada crítica desde la economía política de la comunicación*. Buenos Aires: Paidós, 2011. p. 157-176.
- MIANI, R. A. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. *InTexto*, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 221-233, dez. 2011.
- MORETZSOHN, S. *Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano – do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.
- PASQUALI, A. *Comprender la comunicación*. Barcelona: Gedisa, 2007.

- PAULA, S. de. Estudos culturais e receptor ativo. In: RUBIM, A. A. C. et al. (Orgs.). *Produção e recepção dos sentidos midiáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 131-141.
- PERUZZO, C. M. K. Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento local. In: PAIVA, R. *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 69-94.
- SCHNEIDER, M. *A dialética do gosto: informação, música e política*. Rio de Janeiro: Circuito; Faperj, 2015.
- _____. Comunicação, classes sociais e cidadania: crítica da economia política dos estudos culturais. *Revista Eptic*, vol. 15, n. 3, p. 4-18, set-dez 2013.
- TAPSCOTT, D.; WILLIAMS, A. D. *Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar o seu negócio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988.
- WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- YAMAMOTO, E. Y. As matrizes epistêmicas da comunidade na comunicação: uma genealogia. In: FRANÇA, V. V.; ALDÉ, A.; RAMOS, M. C. (Orgs.). *Teorias da comunicação no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 125-147.

Artigo recebido em 23 de março de 2015 e aprovado em 9 de maio de 2016.